

# Uma proposta negociável

Há pessoas que estão vendo a garrafa meio vazia; outros, meio cheia. O ministro da Fazenda, sr. Maílson da Nóbrega, pertence ao clã dos otimistas e mostrou-se satisfeito diante de uma proposta, que podemos considerar bastante decepcionante, feita pelos bancos credores. Justifica seu otimismo pelo fato de que, pela primeira vez em três anos, o Brasil recebe uma proposta concreta do comitê de assessoramento dos bancos credores, proposta que, de acordo com sua visão, é negociável.

Podemos lamentar que tal proposta tivesse demorado quase cinco meses a ser apresentada, levando em conta que, oficialmente, as renegociações iniciaram-se no final de setembro. Devemos lamentar mais ainda que as principais reivindicações do Brasil — a começar pela desvinculação do acordo com os bancos do desembolso do FMI — não tivessem sido atendidas. O progresso é muito lento, apesar de todos os gestos de boa vontade do Brasil. Existe, porém, uma evidência: não persiste o diálogo de surdos. Até agora, os banqueiros internacionais se haviam limitado a apresentar uma proposta ligada à agenda das discussões. Hoje, acei-

tam propor algo de substantivo, saindo de um clima de indiferença que chegava a ser uma atitude de desprezo. Esperamos apenas que se convençam de que, numa negociação, cada parte tem de ceder alguma coisa para evitar o famoso "buraco negro", do qual tanto se fala no caso dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Contrariando as expectativas, os bancos credores, apesar do clima de incerteza, estão propondo um refinanciamento dos juros de 1987 até meados de 1989. É sem dúvida um progresso, pois se temia que a proposta ficasse limitada até meados de 1988. A proposta dos bancos, neste sentido, representa um ato de confiança ao Brasil, em fase particularmente delicada; nela se reconhece que não existem condições para assumir plenamente os compromissos dos próximos anos.

Pensando nos seus riscos, certamente os bancos voltam a um esquema de negociação convencional. Cabem ainda algumas dúvidas, após tantas experiências, se as coisas funcionarão melhor do que no passado. Talvez a comunidade financeira internacional ainda não esteja pronta a se curvar diante das

evidências. Os bancos aceitam oficialmente o princípio do refinanciamento parcial dos juros, enquanto a renegociação não-convencional, ainda que sem ter sido oficializada, está-se desenvolvendo paralelamente, com a extensão cada vez maior dos mecanismos de conversão de dívida em capital de giro.

Os bancos credores aceitam a consolidação, em 20 anos, do principal da dívida, enquanto o Brasil pediu 25 anos, com dez de carência. A diferença não parece essencial, pois existe entre os banqueiros a convicção de que dificilmente o principal poderá ser amortizado na sua totalidade nos próximos 25 anos. Assim, no momento oportuno, o País terá de rever a decisão.

A questão do montante do financiamento parece mais delicada, mesmo admitindo-se que existe uma diferença de "apenas" dois bilhões de dólares entre a proposta brasileira e a dos bancos. Naturalmente, os banqueiros estão contando com um superávit maior para a balança comercial brasileira e entendem que os organismos oficiais deverão ter maior participação no financiamento do déficit brasileiro. Não parecem estar sensibilizados quanto ao fato de que o Brasil tem

de recuperar reservas, o que seria aliás uma garantia suplementar para os credores.

Os bancos estão propondo um *spread* de 0,825%, enquanto o Brasil quer um *spread* não superior a 0,8125%, que é o do México. Parece-nos que nosso país, com a garantia que oferece através do superávit da sua balança comercial, mereceria ser atendido. Acharmos que se trata de um ponto em que é possível obter sucesso.

Há muito tempo que o Brasil anunciou sua intenção de recorrer ao FMI. É compreensível que os banqueiros queiram que essa intenção se concretize. Parece grave que, quando o próprio FMI prefere que não haja vinculação entre os desembolsos dos bancos e os seus (pois isso só pode agravar a situação), os bancos credores voltem a defender tal vínculo. É importante que os bancos credores, desde já, reconheçam que sua proposta pode ser discutida e reformulada, pois a cansaço diante da lentidão de uma renegociação pode apenas agravar os problemas e desprestigiar um ministro que multiplica os atos de boa vontade, que não devem ser confundidos com atos de fraqueza.